

A Língua Portuguesa na Sala de Aula

Professora Ana Paula Araujo Silva

Introdução

O que deve ser estudado na aula de Língua Portuguesa? O que nós, professores, devemos ensinar a nossos alunos? Como e por que abordar a gramática? Diversas questões como essas rondam a cabeça de milhares de docentes que se questionam sobre sua prática diária em sala de aula. Vários livros defendem o fim do ensino da gramática, autores que ocupam grande espaço na imprensa clamam pelo “bom uso da língua”, os pais dizem que o Português que eles aprendiam antigamente era “melhor” do que o ensinado hoje a seus filhos¹, os alunos reclamam que a aula de Língua Portuguesa é “chata”, que estudam, estudam, mas não aprendem nada...

Diante de tantos questionamentos, é preciso refletir sobre o que ensinar na aula de Português. Neste trabalho, abordaremos duas das diversas faces dessa questão: por que e como apresentar a língua padrão em nossas aulas.

Ensinar ou não a língua padrão? Ensinar ou não a língua padrão?

Sabemos que o aluno não vai à escola para *aprender* a língua portuguesa. Quando ingressa na fase de alfabetização, a criança já utiliza diversas estruturas bastante complexas em sua fala. Um analfabeto também domina sua modalidade, mesmo que nunca tenha ido à escola, pois consegue se comunicar diariamente. Vários autores nos chamam a atenção para esse fato. Luft (1997: 36), por exemplo, afirma que:

“a criança de cinco ou seis anos que já fala com desembaraço, e o mais humilde dos analfabetos, necessariamente dominam a gramática completa que preside seus atos de fala. Do contrário, não haveria como falar”.

Em *Preconceito Lingüístico*, Bagno (2001: 35) frisa o conhecimento que todos nós temos de nossa língua materna com as seguintes asserções:

“Todo falante nativo de uma língua *sabe* essa língua. Saber uma língua, no sentido científico do verbo

saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela”.

O papel da aula de Português é ensinar a língua padrão e incentivar a leitura e a escrita, formando leitores e escritores (ou “escrevinhadores” como sugere Possenti, 2000: 49) competentes. Não é objetivo da escola (e nunca poderá ser) fazer com que o aluno jogue fora tudo que já sabe sobre língua portuguesa e passe a utilizar somente a *língua que aprendeu na escola*. Bechara (2001: 39-40) defende claramente essa postura, criticando “um dos graves erros do ensino tradicional” que é “o engano de transformar o monolingüismo coloquial do aluno que chega à escola no monolingüismo culto do aluno que dela se despede”. Enfatiza o autor que o papel da instituição de ensino e do professor não é substituir a norma coloquial pelo padrão, mas fazer com que o aluno domine as diversas modalidades de nossa língua.

Acreditamos que o mencionado no parágrafo anterior seja o pensamento de grande parte dos professores de Língua Portuguesa. No entanto, diversos livros apregoam que a escola adota uma posição preconceituosa ao ensinar gramática (aprendizado inútil, ultrapassado e também nocivo, segundo alguns autores) e, até mesmo, ao defender o ensino da língua padrão. Na verdade, essas questões não se referem apenas ao ensino de nosso idioma, mas a uma antiga discussão sobre a crise da educação e das escolas. Na tentativa de encontrar culpados para o fracasso do ensino, condena-se o comportamento dos pais (que não estimulam seus filhos, passam a maioria do seu tempo fora de casa e muitas vezes não dominam a matéria ensinada na escola), dos alunos (vistos, em geral, como incapazes e pouco esforçados) e dos professores (que, sobrecarregados, desvalorizados e até mesmo mal preparados para o trabalho, desinteressam-se da prática docente e dos avanços das pesquisas em sua área). Há ainda a parcela de culpa do governo, que não investe na educação e não oferece os

recursos necessários a professores e alunos nas escolas. Como podemos ver, apontar problemas e culpados não é difícil; árdua é a tarefa de encontrar soluções e colocá-las em prática².

Voltemos, agora, à questão do ensino de língua portuguesa nas escolas. No artigo "Gramática de Preconceitos", Britto e D' Angelis (1998: 2-3) tecem diversas críticas ao que chamam de "gramatiquismo" e à existência de um padrão formal. Concorramos em alguns pontos com os autores, que, sabiamente, criticam a enxurrada de declarações preconceituosas e errôneas publicadas em jornais e revistas tais como "se fala mal o português" (Sérgio Lomili), "se infligem maus-tratos contra a língua cotidianamente" (Pasquale Cipro Neto) e "a língua é difícil" (Marilene Felinto), entre outras. Questionamos, no entanto, sua posição contra a língua padrão e seu ensino, o que caracterizaria a prática de um preconceito tal e qual o dos "puristas" citados anteriormente.

Defender o ensino da língua padrão na escola não significa julgar que esta seja uma variedade "superior que se sobreporia às diversas variedades" (Britto e D' Angelis, 1998: 3). Também não é achar que as outras variedades estejam "incorretas", sejam uma "expressão de incultura" ou "uma corrupção da língua culta" (idem, p. 2).

A língua padrão é uma das variedades de nossa língua. Diante de tal afirmação, poderíamos ser questionados: "Se a língua padrão é apenas uma das variedades, por que deve ter o privilégio de ser ensinada na escola? A resposta é bem simples. Ao ingressar na escola, o aluno já domina uma variedade da língua. Aprender outra é tornar-se capaz de entender e produzir diferentes tipos de textos, capacidade que certamente lhe será útil durante toda sua vida.

Conforme afirmam os autores do já citado artigo, é claro que o domínio da língua padrão não irá "modificar a situação de marginalização e exclusão de determinados segmentos sociais" (idem, p. 3). Entretanto, isto também não é papel só da escola³, nem só da aula de Português. O professor ou qualquer pessoa que ande dizendo isso talvez seja um dos candidatos às próximas eleições. Seu slogan: "Acesso à língua padrão, fim da exclusão".



Os autores de "Gramática de Preconceitos" fazem ainda a seguinte afirmação digna de comentário:

Nem a unidade política da Espanha ou da França resulta de uma unidade lingüística, nem a unidade lingüística brasileira decorre da ação normativa. Enquanto produto das interações sociais e históricas, a língua prevalece ou se modifica em virtude de exigências pragmáticas e da história política e cultural de cada comunidade, não havendo razão objetiva para supor que a língua se desestruturará com o afrouxamento das amarras normativas. (idem, p. 3)

Quanto a isso, muitas indagações nos vêm à cabeça... A língua não é um dos elos de uma nação? A expansão dos limites territoriais do povo romano, por exemplo, não implicou a propagação do latim? A existência de normas, como as ortográficas, não garante maior uniformidade/unidade? Países, como a Suécia, não viveram o fracasso de tentar abolir o ensino da gramática e da língua padrão nas escolas?

É importante ressaltar que a gramática normativa não é a língua. Relembremos a significativa metáfora de Bagno:

Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renova quando vier a próxima cheia.

Além disso, língua padrão não é uma variedade superior, assim como nenhuma língua ou cultura é superior a outras. Esses são conceitos fundamentais que devem estar sempre presentes na aula de Português para que o ensino de nossa língua não seja nem gerador nem propagador de preconceitos.



Tendo acesso a vários tipos de textos, os alunos perceberão que diferentes variedades de nossa língua são utilizadas de acordo com a situação de comunicação.

Que língua padrão?

No subtítulo anterior, defendemos o ensino da língua padrão na escola, mas que língua é essa? Muitos autores questionam o que é apresentado nas gramáticas normativas e levado às salas de aula e aos meios de comunicação como *língua padrão*. Bagno (2001: 108) critica o que é considerado “norma culta”, afirmando que “esse termo é usado pela tradição gramatical conservadora para designar uma modalidade de língua que, (...), não corresponde à língua efetivamente usada pelas pessoas cultas do Brasil nos dias de hoje, mas sim a um ideal lingüístico inspirado no português de Portugal, nas opções estilísticas dos grandes escritores do passado, nas regras sintáticas que mais se aproximem dos modelos da gramática latina, ou simplesmente no gosto pessoal do gramático (...)”.

Concordamos com o autor no que diz respeito à rigidez de alguns gramáticos e evitamos empregar o termo *língua ou norma culta*, por considerá-lo passível de interpretações preconceituosas. Luft (1997: 45) também nos chama a atenção para uma desatualização na língua padrão ensinada nas escolas, pois “nem ao menos se ensina a gramática vigente, e sim fragmentos de uma língua arcaizada. Obriga-se o aluno a lidar com for-

mas mumificadas, em vez de lhe mostrar a beleza, o interesse, a emoção e o valor da coisa viva, que lhe seria bem mais útil.”

Possenti (2000: 17) posiciona-se a favor do ensino da língua padrão na escola: “o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido”, mas sugere que a escola proponha uma mudança. Para o autor, o modelo da literatura antiga como ideal deveria ser substituído pela escrita dos jornais, de textos científicos e da literatura moderna (idem, p.41). Acrescentando um pouco à proposta de Possenti, sugerimos que a escola seja um lugar onde diversos tipos de textos tenham espaço (Por que abandonar a literatura antiga?), um lugar de troca de idéias, de comparação (sem juízo de valores, mas com o objetivo de perceber diferenças e com elas se enriquecer). Se a gramática normativa é um igapó, como sugere Bagno, e o ensino da língua às vezes também parece um, que a escola sirva para acelerar a

próxima cheia...

Como trabalhar a língua padrão

Há um grande número de livros criticando o ensino tradicional de Língua Portuguesa, mas poucos são os autores que apresentam uma nova proposta. Um dos mais recentes chama-se, estrategicamente, *Gramática Nunca Mais* (Rocha, 2002), e seu subtítulo diz “o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática” – por mais paradoxal que possa parecer... Já abordamos aqui a importância do ensino da língua padrão e de os alunos lidarem com diferentes tipos de textos. Esse parece ser o melhor caminho. De nada adianta exigir que os alunos memorizem listas e mais listas de regras e nomenclaturas a serem aplicadas a frases que nada significam para eles. A contextualização da gramática é essencial. A sistematização e o aprendizado das nomenclaturas têm o seu espaço na sala de aula, mas a ensino de nosso idioma não pode limitar-se a isso, uma vez que o domínio da gramática deve servir como ferramenta para o aluno expressar-se e comunicar-se melhor, participando ativamente do mundo que o cerca.

A comparação é um método muito útil na sala de aula. Tendo acesso a vários tipos de textos, os alunos perceberão que diferentes variedades de nossa língua são utilizadas de acordo com a situação de comunicação. O mesmo tipo de trabalho deve ser feito nas redações, ou seja, o aluno deve escrever sobre variados assuntos e em diferentes registros.

O cotejo entre o registro escrito e o oral também é importante. Castilho (2003) propõe a integração da língua falada nas práticas escolares de forma sensata, uma vez que não sugere que abandonemos o estudo da língua escrita e tampouco nega sua relevância. Não há em sua proposta o modismo de negar o ensino tradicional, mas um caminho para ampliá-lo com novas reflexões. De acordo com Castilho, diversas são as vantagens de termos a língua falada como ponto de partida nas aulas de gramática – a valorização do educando e de sua linguagem, a mudança da relação professor-aluno e o fim da redutora e excludente mania de limitar as aulas de Português a uma questão de certo ou errado são algumas delas (Castilho, 2003: 145).

Além disso, a aula de Literatura deve ter um vínculo com a de Língua Portuguesa. Percebemos que, em muitas escolas, os alunos aprendem somente o que poderíamos chamar de “História da Literatura” (datas, algumas características dos períodos...). Os textos das aulas de Literatura devem servir para enriquecer o conhecimento de língua que o aluno possui, assim como esse conhecimento deve ajudá-lo a compreender os textos literários.

Considerações finais

Lembrando que o ensino de Língua Portuguesa nas escolas é mesmo um tema inesgotável, buscamos aqui enfatizar a importância de o professor ensinar a língua padrão em suas aulas, mostrando aos alunos que esta é uma das variedades de nosso idioma, sem julgá-la superior às demais. Observamos também a necessidade da presença de diversos tipos de textos nas aulas para que os estudantes tenham acesso a diferentes modalidades do português, tornando-se, como nos diz Bechara (2001: 40), “um poliglota dentro de sua própria língua”. Dizer que o papel da escola não é ensinar a língua padrão é negar ao aluno o acesso a algo que, certamente, será cobrado dele no futuro. Afinal, qual modalidade de nossa língua é pedida em concursos e exigida em trabalhos acadêmicos, por exemplo?

Acreditamos que a sala de aula não deva ser palco de propagação de preconceitos e/ou radicalismos.

Para finalizarmos o artigo, selecionamos uma citação que ilustra claramente nossa posição:

“Entre as atitudes extremistas – dos que advogam o rompimento radical com as tradições clássicas da língua e dos que aspiram a sujeitar-se a velhas normas gramaticais – há sempre lugar para uma posição moderada, termo médio que represente o aproveitamento harmônico da energia dessa forças contrárias (...). (Cunha, 1986: 73)”.

Referências Bibliográficas

1. BAGNO, Marcos. Preconceito lingüístico: o que é, como se faz. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
2. BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática: opressão e liberdade? 11 ed. São Paulo: Ática: 2001.
3. BRITTO, Luiz P. Leme & D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. “Gramática de preconceitos”. In: Boletim da Associação de Leitura do Brasil. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, p. 2-3, abril 1998.
4. CASTILHO, Ataliba T. de. A língua falada no ensino de português. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003.
5. CECCON, Claudius et alii. A vida na escola e a escola da vida. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
6. CUNHA, Celso Ferreira. Língua portuguesa e realidade brasileira. 9 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
7. GENOUVRIER, Emile & PEYARD, Jean. Lingüística e ensino do português. Coimbra: Almedina, 1974. Tradução de Rodolfo Ilari.
8. LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.
9. NEVES, Maria Helena Moura. Que gramática estudar na escola? São Paulo: Contexto, 2003.
10. POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1997.
11. ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Gramática nunca mais: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática. Belo Horizonte: UFMG, 2002

Notas

1 Como aponta Neves (2003: 114), os pais carregam o vício do ensino tradicional e “querem registrada nos cadernos de seus filhos toda aquela sistematização, aquela hierarquização de entidades e subentidades, suas definições, seus exemplos, e, de quebra, uma série de exercícios, não importam quão mecânicos sejam.”

2 Em A vida na escola e a escola da vida (Cecon et alii, 1984), diferentes aspectos que geram o fracasso escolar são abordados detalhadamente. Além disso, os autores apontam caminhos para mudar a escola e, conseqüentemente, melhorar a educação.

3 Não negamos, no entanto, que a escola seja um importante meio de ascensão social para muitos alunos, uma vez que o sucesso nos estudos pode significar a conquista de um bom emprego e a conseqüente melhoria de vida.
